

Privatização da CSN – Da luta de classes à parceria

Edílson José Gracioli

São Paulo, Editora Expressão Popular, 2007, 360 pp.

PATRÍCIA VIEIRA TRÓPIA*

A análise da dinâmica político-ideológica inerente à luta de classes em conjunturas em que o movimento operário organizado avança politicamente e obtém importantes conquistas sociais ou, inversamente, entra em uma fase de refluxo político e ideológico e de perda de direitos e benefícios sociais, é uma tarefa necessária aos estudiosos e, particularmente, aos militantes marxistas. De tais conjunturas é possível retirar “lições críticas”, de natureza tanto política quanto teórica. Uma lição teórica possível é que, para compreender os embates políticos e ideológicos, levados a cabo pelo movimento operário, devem-se rejeitar as análises que simplificam o conflito social e, nesse sentido, desconsideram o papel dos vários aparelhos do Estado burguês na luta política, bem como o complexo jogo de interesses de

classes e frações de classe em presença em uma determinada situação histórica. Para tanto, são necessárias categorias analíticas e teorias que dêem conta de apreender as disputas internas ao movimento operário e sindical e as alianças, à direita e à esquerda, construídas com outras classes e frações de classe, bem como apreender que aspectos econômicos, políticos e ideológicos atraem ou encontram a resistência dos vários segmentos em presença na cena política e social.

Em *Privatização da CSN – Da luta de classes à parceria*, Edílson José Gracioli analisa o processo de mudança na orientação política do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (SMVR), no período de 1989 a 1993. Da acurada análise empreendida por Gracioli, algumas lições podem ser retiradas.

* Professora da PUC-Campinas e membro do Comitê Editorial da Revista *Crítica Marxista*.

Intrigado pela guinada à direita do sindicalismo metalúrgico de Volta Redonda, o autor tenta apreender e explicar as múltiplas determinações que levaram um movimento sindical de base operária reivindicativa e politicamente progressista ao conformismo de classe e à concepção de parceria.

Quatro dos cinco capítulos do livro são dedicados à interpretação da complexa luta política travada no interior do sindicalismo metalúrgico de Volta Redonda, desde 1989 até 1992, ano em que um grupo filiado à *Força Sindical* sai vitorioso da campanha eleitoral e passa a apoiar ativamente o processo de privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) – sobretudo ao difundir, alinhado à direção da empresa, as supostas vicissitudes da privatização entre os trabalhadores.

No segundo capítulo, “A luta continua, mas para onde”, Graciolli procura identificar nas campanhas salarial e eleitoral para a diretoria do sindicato, ambas ocorridas em 1989, os primeiros indícios de conflitos e disputas no interior do movimento sindical local. De um lado, havia na direção do SMVR uma tendência dominante que conseguiu organizar politicamente sua base, por meio do fortalecimento das comissões de fábrica, e desenvolver uma campanha de esclarecimento junto aos metalúrgicos – em que denunciava a má administração da Usina, o comprometimento da folha de pagamento com salários de uma minoria de militares e funcionários do setor administrativo,

bem como a depreciação do valor de mercado do aço pelos governos brasileiros, chegando a propor, como solução para a crise, a autogestão da empresa pelos operários. De outro, havia uma tendência minoritária, que se contrapunha ao grupo sindical combativo dominante. Porém, após a vitória eleitoral de Collor de Melo, que implanta uma plataforma neoliberal no país, as disputas no plano local e nacional se acirraram e tornaram possíveis algumas alianças entre um grupo dissidente da diretoria com setores à direita do sindicalismo e com a direção da CSN. Alianças foram constituídas em torno da proposta apresentada pela presidência da estatal: cortar recursos e investimentos, demitir funcionários e, finalmente, privatizar a empresa.

No terceiro capítulo, “Da CUT à Força Sindical”, o autor analisa o contexto em que as disputas entre as tendências existentes no interior do sindicato se acirram e as suas razões. Tais disputas são determinadas por questões imediatas – como a greve de 1990, a mais longa da história da CSN – e por questões mais gerais, tais como a plataforma neoliberal do governo Collor que pôs fim à política salarial, as artimanhas utilizadas pela burocracia sindical com o objetivo de deslegitimar o poder de negociação da direção do sindicato, a criação da *Força Sindical* e, por fim, a mudança no modelo de atuação da CUT. No enfrentamento à greve, a direção da CSN lançou mão de recursos semelhantes aos utilizados por alguns

governos neoliberais: demissão de operários mais ativos, cooptação de lideranças, coerção e difusão de supostos benefícios da privatização entre os funcionários da siderúrgica.

O desgaste ocorrido com as greves de 1990 e 1991 e o isolamento dos setores mais combativos do SMVR criaram as condições para a organização de uma frente política conservadora, cognominada de “Formigueiro”, que, apoiada pela recém-criada *Força Sindical*, ganhou, como já dissemos, as eleições para a direção do sindicato e passou a militar pela privatização da usina. Para compreender esta vitória, Graciolli identifica os interesses que estiveram em disputa e as novas clivagens que surgiram no campo cutista entre o grupo vinculado à tendência *Articulação Sindical*, para o qual a privatização seria inevitável, e o grupo vinculado à *CUT pela Base, PCdoB e Convergência Socialista*, contrário e resistente à privatização. Tais clivagens minaram, ainda mais, uma possível resistência orgânica ao projeto de privatização. Além disso, investiga as bases sociais daquela votação e revela que o “Formigueiro”, grupo vitorioso, teria logrado apoio, majoritariamente, entre os aposentados e trabalhadores com cargos de chefia e administrativos.

Nos dois últimos capítulos, o foco da análise de Graciolli é o processo propriamente dito de privatização da empresa. No quarto capítulo, “Contornos de um Projeto”, Graciolli identifica os segmentos sociais e as formas de resistência organizadas durante o processo

de privatização – com destaque para a criação do *Fórum de Debates sobre a Privatização da CSN* – e analisa o *Programa Nacional de Desestatização* implantado pelo governo Collor. Os adeptos da privatização da CSN partiam de um diagnóstico, supostamente incontestável, segundo o qual a empresa seria deficitária e ultrapassada. Por sua vez, o *Fórum* compreendia que a crise na CSN derivava da apropriação privada (pelo setor privado industrial) do bem público produzido pela estatal. É, contudo, no quinto e último capítulo que a análise empreendida por Graciolli melhor elucida o intenso processo de luta ideológica e os mecanismos concretos utilizados pelo governo Collor e Itamar Franco, pela nova diretoria do sindicato e pela direção da estatal para obter a adesão dos funcionários ao processo de privatização da empresa. No quinto capítulo, “O processo de privatização: pressupostos, forças sociais e embates”, o autor, indo além da interpretação das orientações da nova direção sindical, examina os mecanismos de interpelação dos próprios trabalhadores da base. Elucida, assim, as determinações e contradições que acabaram por minar a resistência operária e atrair os trabalhadores aos clubes de investimento. As estratégias utilizadas pela direção da CSN variaram, mas foram eficazes: cooptação dos trabalhadores; criação dos clubes de investimento; concessão de aumento salarial para participação dos trabalhadores como acionistas no leilão da empresa; ameaça de demissão

e fechamento da estatal caso não fosse vendida; difusão de supostos benefícios imediatos e políticos com a privatização da empresa.

Um questionamento, no entanto, poderia ser feito ao livro. A análise do processo de transformação do sindicato de Volta Redonda, realizada com acuidade e eficácia explicativa por Graciolli, contrasta com algumas questões expostas no primeiro capítulo, "Reestruturação produtiva e movimento sindical". Aqui, o autor apresenta os pressupostos teóricos de sua análise sobre o movimento sindical, sendo um dos objetivos de seu trabalho compreender o contexto de crise do sindicalismo, entendida como refluxo dos projetos anticapitalistas e de integração à ordem do capital. A atual fase do capitalismo é também caracterizada pelo processo de reestruturação produtiva, identificada como uma ofensiva do capital e recomposição de sua dominação econômica e política. Muito embora critique vigorosamente as análises que tomam a reestruturação produtiva como um processo natural, bem como as interpretações que afirmam a superação do padrão fordista de produção, Graciolli não demonstra de forma efetiva a ocorrência de um processo de reestruturação

produtiva na CSN nem o seu eventual impacto na "consciência" dos trabalhadores. Nesse sentido, toda essa discussão fica, a meu ver, pouco justificada no interior do trabalho. Pode-se levantar outra questão: a noção de ideologia como "falsa consciência", implícita no primeiro capítulo, não estaria em descompasso com a pertinente análise da dinâmica da luta ideológica travada durante o processo de privatização? A meu ver, a despeito da resistência de um segmento operário, aspectos da ideologia neoliberal ensejaram representações ilusórias (p. ex., a promessa de "democratização do capital"), mas, ao mesmo tempo, atraíram uma parcela dos trabalhadores da estatal (que participaram dos clubes de investimento). O resultado desse complexo processo de luta ideológica consistiu no abandono de uma orientação sindical classista.

Todavia, tais questões não colocam em causa o que há de melhor na análise contida no livro, que instiga os estudiosos marxistas a refletir – em uma conjuntura de incertezas sobre o movimento sindical e operário – sobre os alcances e limites das respostas dadas pelos trabalhadores organizados à atual ofensiva do capital contra seus direitos sociais e conquistas políticas.

TRÓPIA, Patrícia. Resenha de: GRACIOLLI, Edilson José. Privatização da CSN – da luta de classes à parceria. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007, 360 p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.26, 2008, p. 202-205.

Palavras-chave: Privatização; Sindicalismo; Lutas de classe.